

Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio	9
LEANDRO MARMO	
Prefácio	11
MARCUS LÍVIO GOMES	
Introdução	19
Capítulo 1 – Constructivismo lógico-semântico como método de trabalho	21
1.1. O que é o constructivismo lógico-semântico e por que utilizar esse método?	21
1.2. Norma jurídica: necessidade da presença do intérprete e diferenciação do mero texto de lei	24
1.3. Processo de positivação tributário	28
1.4. Regra-matriz de incidência tributária	32
1.5. Resumo do capítulo	37
Capítulo 2 – Aspectos gerais da transação tributária	39
2.1. Introdução	39
2.2. O que é transação tributária?	42
2.3. Novo litígio: interesse dos contribuintes em enviar os débitos à dívida ativa	48
2.4. Forma ou meio de extinção do crédito tributário?	51
2.5. Forma de renúncia fiscal?	52
2.6. A necessidade de discricionariedade na transação tributária	55
2.6.1. Possibilidade de controle judicial de atos da autoridade na transação tributária	60
2.6.2. Cenário atual	61

2.6.3. Possibilidade de controle judicial de atos da autoridade na transação tributária.....	67
2.7. Legislação Federal	70
2.8. Legislação Estadual e Municipal	70
2.9. Direito comparado.....	72
2.10. Resumo do capítulo.....	73
2.11. Tabela de entes federativos com lei de transação tributária – sem considerar os Municípios	75
Capítulo 3 – Transação tributária federal.....	77
3.1. Disposições gerais sobre a transação tributária	80
3.1.1. Aspectos gerais.....	80
3.1.2. Princípios aplicáveis.....	82
3.1.2.1. Isonomia	84
3.1.2.2. Capacidade contributiva.....	87
3.1.2.3. Transparência.....	96
3.1.2.4. Publicidade.....	98
3.1.2.5. Duração razoável do processo	99
3.1.2.6. Eficiência.....	101
3.1.2.7. Outros princípios aplicáveis conforme a Portaria 6.757/2022	103
3.1.3. Aplicabilidade.....	104
3.2. Modalidades	107
3.2.1. Transação por adesão.....	108
3.2.2. Transação Individual	111
3.2.2.1. Transação individual proposta pelo devedor.....	117
3.2.2.2. Transação individual proposta pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional	127
3.2.2.3. Transação individual simplificada	128
3.3. Vedações.....	130
3.4. Hipóteses de rescisão	136
3.5. Transação na dívida ativa.....	140
3.5.1. Concessão de descontos	140

3.5.2.	Prazo e forma de pagamento especial.....	150
3.5.3.	Oferecimento, substituição e alienação de garantias ou cons- trições.....	151
3.5.4.	Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	152
3.5.5.	Utilização de direitos creditórios e precatórios.....	162
3.6.	Transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disse- minada controvérsia jurídica (Transação de teses).....	168
3.7.	Transação por adesão no contencioso de pequeno valor.....	174
3.8.	Aspectos complementares sobre a transação federal.....	175
3.8.1.	Não suspensão da exigibilidade com a oferta.....	175
3.8.2.	Outras disposições.....	176
3.9.	Resumo do capítulo.....	177
Capítulo 4 – Transação em outros entes federativos.....		179
4.1.	Transação nos Estados-membros.....	179
4.2.	Transação Estadual: uma nova forma de guerra fiscal?.....	180
4.3.	Autonomia dos entes federativos e limites normativos: quais são as restrições de cada ente ao legislar?.....	182
4.4.	Disposições comuns dos veículos normativos de transação em esfera estadual.....	183
4.4.1.	Disposições comuns.....	184
4.4.2.	Princípios aplicáveis.....	188
4.4.3.	Diretrizes e objetivos.....	189
4.4.4.	Modalidades.....	191
4.4.5.	Vedações.....	191
4.4.6.	Hipóteses de rescisão.....	194
4.4.7.	Benefícios concedidos.....	198
4.4.7.1.	Utilização de créditos de ICMS.....	200
4.4.7.2.	Utilização de direitos creditórios e precatórios.....	202
4.5.	Futuro da transação tributária estadual: o que podemos esperar?.....	203

4.6.	Resumo do capítulo.....	204
4.7.	Tabelas instrutivas.....	206
4.7.1.	Benefícios nas transações Estaduais.....	206
4.7.2.	Hipóteses de rescisão.....	207
	Referências bibliográficas.....	209